

Supremo mantém tramitação da PEC das Terras Indígenas

Categories : [Salada Verde](#)

A tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000 deverá seguir o rito de tramitação no Legislativo, decidiu o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta transfere do Executivo para o Congresso Nacional a decisão sobre a demarcação de Terras Indígenas, Terras Quilombolas e criação de Unidades de Conservação.

Barroso negou pedido de deputados da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos pois seria uma “[interferência indevida](#) proibir o funcionamento de uma comissão deliberativa do Congresso Nacional”.

A decisão em princípio beneficia os ruralistas, que dominam a Comissão Especial formada para analisar a matéria. Porém, Barroso destacou pontos que poderão ser discutidos posteriormente no STF em favor dos direitos indígenas. De acordo com o ministro, há dúvidas sobre a validade da PEC 215, já que não se deve condicionar direitos adquiridos a deliberações do Congresso Nacional. “Tais direitos são incluídos na Constituição justamente para que as majorias de ocasião não tenham poder de disposição sobre eles”.

A reunião que iniciará os trabalhos da Comissão Especial criada para analisar a PEC 215 está marcada acontecer na tarde desta quarta-feira (25). A sessão da semana passada (18) foi suspensa por falta de acordo com o PT, que pediu mais tempo para analisar a proposta.

Leia Também

[Ruralistas dominam comissão da PEC das terras indígenas](#)

[Câmara cria comissão para analisar PEC das terras indígenas](#)

[Índios protestam e Congresso adia comissão sobre PEC 215](#)